

Patentes de produtos biotecnológicos da Amazônia: um estudo de caso para os óleos de copaíba (*Copaifera* sp)

Paulo Alexandre do Couto Simonetti* (IC) e Valdir Florêncio da Veiga Jr (PQ)

Universidade Federal do Amazonas, Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, CEP 69079-900, Manaus-AM.

*paulo_simonetti@hotmail.com

Palavras-Chave: *Copaíba*, Patentes.

Introdução

O crescimento econômico de um país está diretamente relacionado com seu desenvolvimento tecnológico. Atualmente, os centros de pesquisas necessitam se associar com empresas detentoras de capital permitindo a transformação de uma tese em um produto de mercado, gerando, a patente, agregando valor ao conhecimento¹.

A dificuldade de transformar a pesquisa em produto ainda é real, principalmente em países em desenvolvimento deixando espaço para que países com um planejamento tecnológico mais eficaz assumam as pesquisas de ponta.

Este panorama tem sido modificado nestes últimos anos. Após décadas de denúncias de biopirataria, os números de patentes americanas e japonesas com produtos da biodiversidade brasileira têm diminuído em relação às patentes nacionais.

O perfil das patentes nacionais e internacionais na área é apresentado neste trabalho, utilizando como modelo um dos produtos naturais nacional de maior citação nos estudos etnofarmacológicos: o óleo de copaíba.

O levantamento de dados sobre patentes foi realizado na base do Institute for Scientific Information (ISI) denominada Derwent Innovations Index, onde encontram-se os registros bibliográficos de patentes mundialmente depositadas.

Resultados e Discussão

O levantamento, realizado entre os anos de 1990 e 2010, mostrou um total de 77 patentes, sendo 65 somente no século XXI e 12 no século passado. Os principais detentores destas patentes são Japão (32), Estados Unidos (23), Brasil (11) e, com menor participação, França (2), China (1), entre outros.

Desse total, apenas 18% são realmente relacionadas com os óleos de copaíba. A leitura cuidadosa nos mostra que a maior parte destas patentes é de metodologias e processos que podem ser aplicados a qualquer produto natural, e, por isso, citam centenas de produtos medicinais, óleos e resinas.

Observando a área de endemismo do gênero *Copaifera*, de cujas árvores se extrai os óleos de copaíba, verifica-se que somente o Brasil possui patentes depositadas. Por outro lado, países onde este gênero não é relatado, como Estados Unidos e Japão, possuem a maior quantidade de patentes.

Se for observada a diferença entre os dois tipos de patentes nota-se que no Japão foram depositadas apenas 10 patentes específicas dos óleos de copaíba, uma diminuição de 68% em relação as 32 originais. O Estados Unidos diminuiu em 98% restando-lhe apenas 1 patente das 23. O Brasil ficou com 7 patentes das 12 tendo uma diminuição de 36%, o país que teve menor redução em relação a quantidade original, sendo prova do avanço das pesquisas brasileiras na área de biotecnologia e da criação de políticas de incentivo.

Avaliando as áreas de conhecimento das patentes específicas, todas estão relacionadas com a química. Cerca de 50% das patentes está relacionada também com a farmacologia utilizando, de forma geral, somente as propriedades cicatrizante, antiinflamatória e antisséptica na forma de cosméticos e medicamentos. Outras áreas abordadas nas patentes relatam as propriedades selantes em polímeros (27%) ou áreas como engenharia (11%). Existem, ainda, patentes utilizando a atividade antiviral em agricultura (22%).

Conclusões

Por mais que as atividades do óleo de copaíba estejam descritos na literatura a maioria das patentes possui características prospectivas sem aproveitamento total do fitoterápico além da nacionalidade das patentes demonstrarem as dificuldades ainda existentes na pesquisa dos países em desenvolvimento.

Agradecimentos

CNPq, UFAM, CBA

¹ Silva V. J. B. 2010, *Dissertação de mestrado*. Universidade Federal do Amazonas (UFAM),.